



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## **PREGÃO ELETRÔNICO (Registro de Preços)**

008/2026 – COMPRASNET (90008/2026)

## **CONTRATANTE (UASG)**

(985021)

## **OBJETO**

[Registro de preços] - o Registro de Preços para eventual aquisição de 8 (oito) unidades de filtros centrais com cabines de proteção para as unidades escolares do município de Pirapetitinga/MG.

## **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 709.329,84 (Setecentos e nove mil, trezentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos).

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 07/07/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

## **Critério de Julgamento:**

Menor preço global.

## **Modo de disputa:**

Aberto



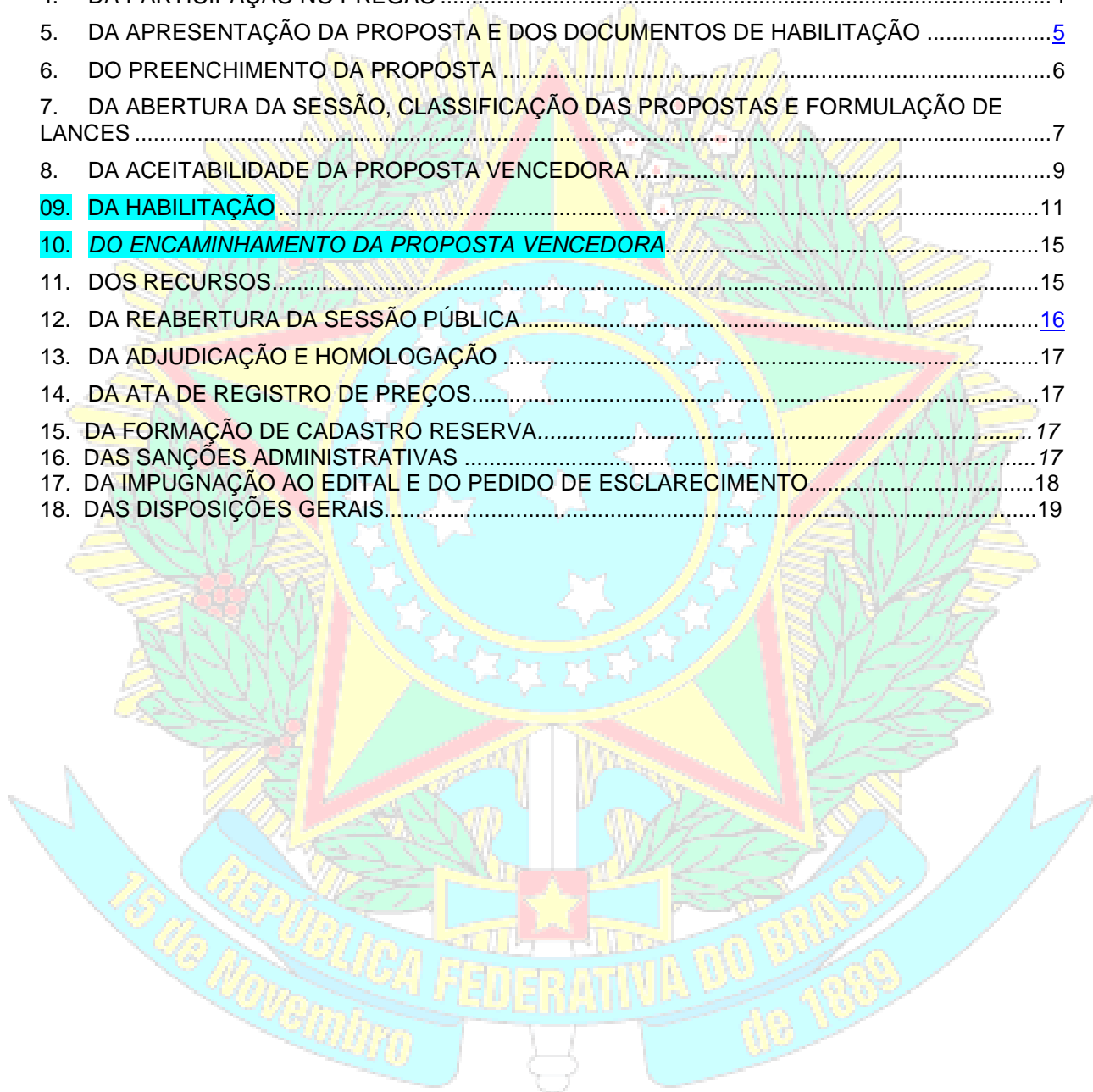


# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
<b>2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....</b>	<b>3</b>
3. DO CREDENCIAMENTO .....	3
4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO .....	4
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	6
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	7
8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA .....	9
<b>09. DA HABILITAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA .....</b>	<b>15</b>
11. DOS RECURSOS .....	15
12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA .....	16
13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO .....	17
14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	17
15. DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA .....	17
16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	17
17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	18
18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	19





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## EDITAL - Registro de Preços

### PREGÃO ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA-MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026  
PROCESSO Nº 039/2026

(AMPLA PARTICIPAÇÃO)

Torna-se público que o Município de Pirapetitinga-MG, por meio do Departamento de Licitação, sediado(a) ) Praça Dirceu Martins, 01, centro, Pirapetitinga-MG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, com critério de julgamento menor preço global, na forma ELETRÔNICA, Registro de Preços, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 07/07/2026.

Horário: 09:00 (nove) horas.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o o Registro de Preços para eventual aquisição de 8 (oito) unidades de filtros centrais com cabines de proteção para as unidades escolares do município de Pirapetitinga/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. *A licitação será composta por um item, conforme tabela constante do Termo de Referência.*
- 1.3. *O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.*
- 1.4. Quaisquer divergências entre o edital e Portal de Compras Governamental (COMPRASNET), prevalecerá o que constar no edital.

#### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

#### 3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

- 4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 4.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 4.4. Não poderão disputar esta licitação:
- 4.5. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.6. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.7. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.8. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.10. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.11. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.12. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 4.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 4.13.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

4.14. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.14.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.14.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.14.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.14.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.14.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.14.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.14.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.14.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos do art. 178, I, do Código Penal (crime de frustração do caráter competitivo) e nos preceitos de conformidade da Lei nº 14.133/2021.

4.14.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.14.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.15. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em [Lei nº 14.133, de 2021](#) e neste Edital.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico.

5.2. O envio da proposta adequada, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de convocação de anexo pelo Pregoeiro.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. A proposta do licitante melhor classificado somente será disponibilizada para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

6.1. Considerando a inviabilidade de divisão do objeto sem prejuízo para a economia de escala e integridade da manutenção unificada do lote, não serão aplicadas cotas reservadas ou exclusividade para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

6.2. Ficam integralmente assegurados e mantidos todos os demais benefícios legais preconizados pela Lei Complementar nº 123/2006, notadamente as regras atinentes ao direito de preferência pelo empate ficto e a possibilidade de regularização fiscal e trabalhista tardia na fase de habilitação.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, respeitando o quantitativo;

7.1.3. Marca;

7.1.4. Modelo;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.5.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
  - 8.2.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01. (um centavo).
- 8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 8.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 8.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 8.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.17.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.17.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.17.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.17.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.17.2.2. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.17.2.3. Empresas brasileiras;

8.17.2.4. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.17.2.5. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.18. Encerrada a etapa de lances e a negociação, o Pregoeiro convocará o licitante classificado em primeiro lugar para que encaminhe, por meio do sistema Comprasnet, no prazo estabelecido, a sua Proposta de Preços readequada ao lance final vencedor, acompanhada dos documentos de habilitação e especificações técnicas definitivas do produto ofertado.

8.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 8.18.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos de habilitação.
- 8.18.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, ou através de e-mail antes de findo o prazo.
- 8.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

- 9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.1.1. SICAF;
- 9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.
- 9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 9.6.1. Contiver vícios insanáveis;
- 9.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 9.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.7.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 9.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 9.10. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.10.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 9.11. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.13. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 9.14. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 9.14.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 9.14.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.15. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## 10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, qualificação técnica, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
  - 10.1.2. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas
  - 10.1.3. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
  - 10.1.4. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme disposto na Lei nº 14.133, de 2021
- 10.2. O envio de documentos de habilitação, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 10.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 10.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 10.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 10.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.
  - 10.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 10.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 10.10. **Habilitação jurídica:**
  - 10.10.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - 10.10.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.10.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.10.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

## **10.11. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

10.11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.11.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.11.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.11.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.11.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.11.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.11.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## **10.12. Qualificação Econômico-Financeira.**

10.12.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta comercial;

- a) Demonstração contábil da situação financeira da proponente, calculada a partir do balanço apresentado e da aplicação da seguinte fórmula:

$$IEG = \frac{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}{ATIVO TOTAL}$$

- 10.12.2. Serão inabilitadas as licitantes cujos demonstrativos não atenderem às seguintes condições: Índice de Endividamento Geral (LG)  $\geq 0,5$

- 10.12.3. A demonstração acima deverá ser apresentada, pela licitante, em papel timbrado da proponente, fazendo menção ao número desta Licitação, datada, assinada pelo representante legal da empresa na última folha e rubricada nas demais. A forma de apresentação da referida demonstração visa a facilitar o julgamento do certame; cujo descumprimento não inabilitará a licitante;

- 10.12.4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade;

- 10.12.5. A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição de falências e concordatas;

- 10.12.6. No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente informando em que fase se encontra o feito em juízo, expedida há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação;

- 10.12.7. Se após a data do levantamento dos demonstrativos contábeis exigidos tiver havido alterações contratuais que importem na alteração do patrimônio líquido, representado pelo aumento do capital social com recursos não existentes no patrimônio líquido na data do último Balanço Patrimonial, esta será considerada, desde que já homologada pela Junta Comercial, acompanhada das peças contábeis que reflitam essa alteração;

- 10.12.8. Empresas recentemente constituídas deverão apresentar seu balanço patrimonial de abertura e último balancete;

- 10.12.9. As sociedades anônimas deverão apresentar balanço publicado em jornal de grande circulação ou em diário oficial e ata da assembleia geral ordinária que o aprovou (Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976);

- 10.12.10. As peças contábeis deverão estar devidamente assinadas pelo representante legal da empresa e pelo contabilista responsável, este último com seu respectivo registro.

## 10.13. Qualificação Técnica

- 10.13.1. As empresas licitantes deverão apresentar para comprovação da Qualificação Técnica 1 (um) atestado, no mínimo, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual comprove ter a licitante:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 10.13.2. Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o item objeto da licitação (Acórdão TCU n. 8364/2012 - 2ª Câmara);
- 10.13.3. Experiência mínima de 1 (um) ano, ininterruptos ou não, no mercado do objeto deste pregão. (Acórdão TCU n. 8364/2012 - 2ª Câmara). Os períodos concomitantes serão computados uma única vez e para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.
- 10.13.4. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB. (Acórdão TCU n. 8364/2012 - 2ª Câmara).
- 10.13.5. Poderá ser exigida da licitante a disponibilização de todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços. (Acórdão TCU n. 1.214/2013 – Plenário).
- 10.13.6. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior. (Acórdão TCU n. 1.214/2013 – Plenário).

## **11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 12. DOS RECURSOS

- 12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://pm-pirapetitinga.publicacao.siplanweb.com.br/licitacoes/pregao-eletronico> (Portal da Transparência do Município) e [Portal Comprasnet].

## 13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

15.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado

## **16. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

16.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 16.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 16.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 16.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
  - 16.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
  - 16.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 16.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
  - 16.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
  - 16.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 16.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
  - 16.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 16.5. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

- 17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
  - 17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
  - 17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
    - 17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
    - 17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 17.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 17.1.5. fraudar a licitação
- 17.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 17.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 17.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 17.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 17.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 17.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 17.2.1. advertência;
  - 17.2.2. multa;
  - 17.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 17.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 17.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 17.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 17.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 17.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.4. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 17.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 17.6. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - 17.6.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
  - 17.6.2. Multa de 10.% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 17.6.3. Impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até três anos;
  - 17.6.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até três anos;
- 17.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 17.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 17.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela [Lei nº 14.133, de 2021](#), como ato lesivo à administração pública municipal, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

- 17.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 17.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 17.12. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 17.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 17.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 17.16. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## 18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 18.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@pirapetitinga.mg.gov.br](mailto:licitacao@pirapetitinga.mg.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Praça Dirceu Martins, 01, Centro, Pirapetitinga-MG, seção Protocolo.
- 18.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 18.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 18.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico pelo e-mail [licitacao@pirapetitinga.mg.gov.br](mailto:licitacao@pirapetitinga.mg.gov.br).
- 18.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 18.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
  - 18.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 18.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://pm-pirapetitinga.publicacao.siplanweb.com.br/licitacoes/pregao-eletronico> (Portal da Transparência do Município) e [Portal Comprasnet]. Também poderão ser lidos e/ou obtidos no Departamento de Licitações, nos dias úteis, no horário das 07:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 19.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 19.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 19.11.1.1. Anexo T.R. I – **ENDEREÇOS DAS UNIDADES**
- 19.11.1.2. Apêndice – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
- 19.11.2. ANEXO II – Modelo de PROPOSTA REAJUSTADA DE PREÇO
- 19.11.3. ANEXO III – Minuta da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Pirapetitinga, 23 de Junho de 2026.

---

**Luiz Henrique Pereira da Costa**

**Prefeito Municipal de Pirapetitinga - MG**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**AQUISIÇÃO DE FILTROS DE ÁGUA CENTRAIS COM CABINES DE PROTEÇÃO, COM GARANTIA E MANUTENÇÃO DE 1 (UM) ANO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA - MG**

**PIRAPETINGA**

**2026**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## DO OBJETO

O presente Termo de Referência estabelece as condições para o Registro de Preços para eventual aquisição de 8 (oito) unidades de filtros centrais com cabines de proteção para as unidades escolares do município de Pirapetanga/MG.

As especificações técnicas dos filtros incluem válvulas controladoras digitais com displays em LCD, vazão nominal compatível com a demanda escolar e cabines de proteção estruturadas em material resistente (ACM), visando garantir a integridade dos equipamentos e a potabilidade da água distribuída nas escolas municipais.

## FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, anexo a este termo de referência.

## JUSTIFICATIVA

A educação é um direito fundamental do cidadão, previsto pelos arts. 6º, *caput* e art. 205 e seguintes, todos da CRFB/1988. É um instrumento essencial para o pleno desenvolvimento da pessoa e destinado ao exercício da cidadania, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, compete aos municípios, em cooperação com os demais entes federativos, nos termos do art. 30 c/c art. 211, ambos da CRFB/1988:

- a) Ofertar e gerir a educação infantil, que compreende crianças de zero a cinco anos de idade, em creches e pré-escolas;
- b) Ofertar e gerir o ensino fundamental, que abrange os anos iniciais (1º ao 5º ano) e, quando possível, os anos finais (6º ao 9º ano) nas escolas municipais;
- c) Colaborar com o Estado na oferta do ensino fundamental e na promoção de programas suplementares de alimentação e assistência à saúde para os alunos do ensino fundamental; e
- d) Participar na elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), respeitando suas peculiaridades e características regionais.

Não podemos desconsiderar que Estado e Municípios constituem um sistema único de educação básica, conforme preconizado pelo parágrafo único do art. 11 da LDB. De forma prioritária, compete aos municípios a educação básica, sendo os responsáveis por garantir o acesso, a permanência, a qualidade e equidade no ensino. Conforme já indicado, a competência municipal, sem prejuízo quanto a possível implementação de políticas públicas para os demais segmentos, se restringe a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental, ou seja, é voltada para crianças de zero a cinco anos, em um primeiro momento (educação infantil), 1º ao 5º ano, relativo aos anos iniciais e do 6º ao 9º ano, referente aos anos finais.

Os municípios têm a obrigação de oferecer e gerir a educação infantil escolar e pública, de forma gratuita às crianças de zero a cinco anos de idade em creches e pré-escolas, nos termos do art. 4º, I, da



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB). Essa etapa é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, sendo também uma preparação para o ensino fundamental. Ou seja, a educação básica torna-se, dentro do art. 4º da LDB, um direito do cidadão e um dever do Estado em atendê-lo mediante oferta qualificada.

Em um contexto de desenvolvimento integral, a garantia de acesso à água potável nas unidades escolares, unidades de saúde e demais sedes administrativas do Município de Pirapetinga é uma pauta inquestionável, permeada por inúmeros benefícios que transcendem os limites da educação formal. A recente evidência dos resultados obtidos em iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade da água consumida pelos alunos, funcionários e servidores, apresenta-se como um ponto crucial para o desenvolvimento integral dos estudantes e a promoção de uma comunidade escolar mais saudável.

A contratação objetiva a:

- a) Garantia de acesso contínuo à água potável nas escolas;
- b) Melhoria na qualidade da água consumida pelos alunos, funcionários e servidores;
- c) Redução de problemas de saúde relacionados à ingestão de água contaminada; e
- d) Promoção de hábitos saudáveis e de higiene entre os estudantes, comunidade escolar e servidores.

Em primeiro plano, destaca-se a importância intrínseca da água potável para a saúde. A implementação de sistemas que assegurem a qualidade da água consumida representa uma barreira eficaz contra problemas de saúde associados à ingestão de água contaminada. Este aspecto ganha relevância especial quando se considera o ambiente onde a propagação de doenças pode ocorrer de forma rápida e afetar não apenas os estudantes e funcionários, mas toda a comunidade envolvida.

A relação direta entre a qualidade da água e a redução de problemas de saúde é corroborada por estudos que evidenciam a prevalência de doenças transmitidas pela água em locais onde o acesso à água potável é limitado. A implementação de medidas efetivas para garantir a potabilidade da água nas escolas emerge, portanto, como um investimento preventivo na saúde dos estudantes e profissionais envolvidos na comunidade.

Além dos benefícios para a saúde, a promoção de hábitos saudáveis e de higiene entre os estudantes, funcionários e servidores é um aspecto que transcende o caráter meramente sanitário. A água é um recurso essencial para a manutenção de práticas saudáveis, como a higiene bucal, lavagem das mãos e a ingestão adequada de líquidos, impactando diretamente no bem-estar e na concentração dos munícipes.

Nesse contexto, a garantia de acesso à água potável não apenas cumpre um papel higiênico-sanitário, mas também se configura como um instrumento de promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento cognitivo dos envolvidos.

## LEGISLAÇÃO APLICADA

A contratação em comento observará as disposições da Lei n. 14.133/2021 e alterações; Portaria n. 092/2023; Lei n. 4.320/64 e alterações; Decreto n. 11.462/2023 e Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## DISCRIMINAÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO

A quantidade estimada para a contratação é de **8 unidades**, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar, acostado ao presente Termo de Referência.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES		
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1	Aquisição de filtros centrais de água, com garantia e manutenção de 1 (um) ano	8

## DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

### a) Características técnicas:

Tipo: Filtro central de água automático;  
Material do cilindro: Fibra de vidro (PRFV), com proteção térmica;  
Eixo: 30 kg;  
Peso: 80 kg;  
Capacidade de Filtragem: 1.000 a 6.000 litros/hora;  
Certificações: ICR, NSF;  
Elementos Filtrantes: Camadas de carvão ativado, carvão antracito, zeólita e filtro tipo *next*.  
OU SIMILAR DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR

### b) Válvula Controladora Automática Digital:

Funções: Controle de filtragem, marcação de horário para filtragem, controle de vazão;  
Visor: LCD;  
Botões: Configuração no painel;  
Certificações: ISO 9001, NSF61.  
OU SIMILAR DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR

### c) Especificações para Cabine de Proteção:

Tipo: Cabine de proteção TRA-5059;  
Material: ACM (Aluminum composite material);  
Medidas: 1,77 m x 0,66 m (altura x largura);  
Quadro Elétrico: Monofásico e/ou bifásico;  
Sistema Hidráulico: Vazão de 1.000 a 6.000 l/h;  
Porta de Acesso: Para manutenção;  
Visor: Para acompanhamento externo do sistema de válvula digital;  
Fechadura: Para proteção do equipamento.  
OU SIMILAR DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR

### d) Assistência Técnica:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Plano de acompanhamento técnico especializado, disponível 24 horas por dia, em que contemple a limpeza dos sistemas de automação, placas digitais, cilindros e geral; higienização, a ser realizada trimestralmente dos reservatórios; inspeção e manutenção periódica de circuitos e cabos elétricos; correção de vazamentos, troca de material filtrante semestralmente; e emissão de laudo laboratorial atestando a qualidade da água trimestralmente.

## DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado a ser contratado é de **R\$ 709.329,84 (setecentos e nove mil, trezentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos)**, que considera a totalidade dos custos e despesas do objeto do presente termo de referência e todas as despesas de mão-de-obra, encargos das leis trabalhistas e sociais, todos os custos diretos e indiretos, taxas, remunerações, despesas fiscais e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste documento, mas julgadas essenciais ao cumprimento do seu objeto.



A estimativa de valor considerou o valor ofertado pela aquisição e instalação dos equipamentos, com garantia e manutenção no período de 1 (um), conforme discriminado abaixo:

ESTIMATIVA DE VALOR					
ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade de medida	Órgãos Participantes	TOTAL	Preço Unit.
			Unidades escolares.		
1	Aquisição de filtros centrais de água, com garantia e manutenção de 1 (um) ano.	Un.		8	R\$ 88.666,23
TOTAL					R\$ 709.329,84

## DA RELAÇÃO DAS UNIDADES

Os endereços relativos às unidades do município de Pirapetinga serão indicados posteriormente.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## DO ORÇAMENTO E DA DATA-BASE

O orçamento apresenta-se na forma de planilha de quantitativos com indicação dos custos unitários, após pesquisa de preços com fornecedores do ramo, com **data-base de 12 de Março de 2026**.

## DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Considerando a inviabilidade de divisão do objeto sem prejuízo para a economia de escala e integridade da manutenção unificada do lote, não serão aplicadas cotas reservadas ou exclusividade para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

Ficam integralmente assegurados e mantidos todos os demais benefícios legais preconizados pela Lei Complementar nº 123/2006, notadamente as regras atinentes ao direito de preferência pelo empate ficto e a possibilidade de regularização fiscal e trabalhista tardia na fase de habilitação.

## DA CLÁUSULA DE REAJUSTAMENTO

Quanto à cláusula de reajustamento, será adotado como parâmetro o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **acumulado nos últimos 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta**, nos termos do disposto pelo art. 37, XXI, da CRFB/1988.

## DA PUBLICAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

A publicação do edital, nos termos do art. 54 da Lei n. 14.133/2021, deverá ser realizada no Portal Nacional de Contratação Públicas (PNCP), bem como Diário Oficial do Município e jornal de grande circulação.

## DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### 17.1. Forma de seleção, critério de julgamento da proposta, modo de disputa e regime de execução

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global. O regime de execução será a empreitada por preço unitário, pois o preço é fixado por unidade de medida determinada, sendo os pagamentos correspondentes às medições dos serviços executados.

O rito de envio de lances adotará exclusivamente o MODO DE DISPUTA ABERTO, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. A etapa de envio de lances na sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos e será prorrogada automaticamente pelo sistema sempre que houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de disputa.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## **17.2. Habilitação jurídica**

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

## **17.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## 17.4. Qualificação econômico-financeira

- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta comercial;
- c) Demonstração contábil da situação financeira da proponente, calculada a partir do balanço apresentado e da aplicação da seguinte fórmula:

$$IEG = \frac{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}{ATIVO TOTAL}$$

- d) Serão inabilitadas as licitantes cujos demonstrativos não atenderem às seguintes condições: Índice de Endividamento Geral (LG)  $\geq 0,5$ ;
- e) A demonstração acima deverá ser apresentada, pela licitante, em papel timbrado da proponente, fazendo menção ao número desta Licitação, datada, assinada pelo representante legal da empresa na última folha e rubricada nas demais. A forma de apresentação da referida demonstração visa a facilitar o julgamento do certame; cujo descumprimento não inabilitará a licitante;
- f) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade;
- g) A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os cartórios ou escritórios de registro que controlam a distribuição de falências e concordatas;
- h) No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente informando em que fase se encontra o feito em juízo, expedida há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação;
- i) Se após a data do levantamento dos demonstrativos contábeis exigidos tiver havido alterações contratuais que importem na alteração do patrimônio líquido, representado pelo aumento do capital social com recursos não existentes no patrimônio líquido na data do último Balanço Patrimonial, esta será considerada, desde que já homologada pela Junta Comercial, acompanhada das peças contábeis que reflitam essa alteração;
- j) Empresas recentemente constituídas deverão apresentar seu balanço patrimonial de abertura e último balancete;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- k) As sociedades anônimas deverão apresentar balanço publicado em jornal de grande circulação ou em diário oficial e ata da assembleia geral ordinária que o aprovou (Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- l) As peças contábeis deverão estar devidamente assinadas pelo representante legal da empresa e pelo contabilista responsável, este último com seu respectivo registro.

## 17.5. Qualificação técnica

As empresas licitantes deverão apresentar para comprovação da Qualificação Técnica 1 (um) atestado, no mínimo, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual comprove ter a licitante:

- a) Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o item objeto da licitação, demonstrando que **vendeu ou instalou, equipamentos que compõem objeto desta licitação** (Acórdão TCU n. 8364/2012 - 2ª Câmara);

O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB. (Acórdão TCU n. 8364/2012 - 2ª Câmara).

Poderá ser exigida da licitante a disponibilização de todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços. (Acórdão TCU n. 1.214/2013 – Plenário).

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior. (Acórdão TCU n. 1.214/2013 – Plenário).

## DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A solução escolhida pela Administração é a realização de procedimento licitatório para a aquisição de filtros centrais, destinados às unidades escolares, unidades de saúde e demais sedes administrativas pelo Sistema de Registro de Preços. O Registro de Preços é um sistema e não uma modalidade de licitação, que visa a racionalização dos processos de compras e de prestação de serviços. Sua finalidade principal é a de maximizar o princípio da economicidade, **permitindo a Administração Pública celebrar o contrato na exata medida e no momento de sua necessidade<sup>1</sup>**.

Os preços registrados serão utilizados pelos órgãos/entidades da Administração **para o atendimento imediato de suas necessidades, na medida da conveniência dos órgãos que integraram a licitação<sup>2</sup>**. Ou seja, os futuros contratos administrativos serão celebrados na medida da necessidade dos órgãos, de modo a atender diversas situações corriqueiras, que não têm como precisar exatamente o quantitativo de sua demanda.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

O Sistema de Registro de Preços é caracterizado pela formação de um instrumento vinculativo denominado Ata de Registro de Preços, onde são registradas as especificações dos produtos licitados, condições de fornecimento e seus respectivos valores. Não se trata de uma modalidade licitatório e visa, prioritariamente, a racionalização das contratações públicas pela maximização do princípio da economicidade ao permitir que a Administração Pública celebre o contrato administrativo na exata medida e no momento de sua necessidade.

Segundo Flávio Amaral Garcia, a racionalidade do SRP está amparada na economia de escala, uma vez que a participação do maior número possível de órgãos e entidades de uma mesma licitação, cada qual com suas necessidades, aumentaria o quantitativo demandado e, desse modo, os preços ofertados pelos fornecedores seriam menores. Além disso, a adoção do SRP implicaria na supressão de múltiplos procedimentos licitatórios, eliminando a burocracia e diminuindo os custos.

É importante mencionar que a decisão de utilizar o Sistema de Registro de Preços também está alinhada a uma abordagem prática de gestão, conforme preconizado pelo art. 20, caput, da LINDB.

Optar por outros mecanismos de contratação individual para cada unidade escolar futura resultaria na necessidade de realizar novos certames assim que essas unidades estivessem disponíveis, o que poderia acarretar custos adicionais e demandaria mais tempo por parte da Administração Pública Municipal.

Da mesma forma, a opção pelo Sistema de Registro de Preços perpassa pela análise dos aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais relativos à matéria, bem como pelo juízo de conveniência e oportunidade do gestor. Havendo procedimento licitatório para a escolha da melhor proposta, respeitando-se a legalidade, economicidade, vantajosidade e isonomia (dentre outros), a formalização de Ata de Registro de Preços é válida e perfeitamente cabível à hipótese almejada nos autos.

Assim, os elementos apresentados indicam a conveniência e adequação da utilização do Sistema de Registro de Preços, considerando que a contratação aparentemente atende aos requisitos legais aplicáveis à hipótese, conforme demonstrado.

## DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

Define-se, como **órgãos participantes** do Sistema de Registro de Preços, a Secretaria de Educação do Município de Pirapetinga – MG.

## DOS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

Fica destinado o percentual de **50% (cinquenta por cento) do quantitativo total**, desde que o Órgão Gerenciador admita adesões.

## FORMA DE ENTREGA

A entrega dos equipamentos será na forma de relatório emitido pela contratada, acompanhado de fotos, relação de pessoas selecionadas e demonstrativo de equipamentos e insumos realizados.

## DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

O fornecimento terá início no prazo de 5 dias, após a assinatura do contrato, com a entrega e instalação dos equipamentos nas unidades escolares indicadas pelo município de Pirapetinga.

## DO RECEBIMENTO

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, a, da Lei n. 14.133 e arts. 22, X e 23, X, do Decreto n. 11.246, de 2022).

- 1) O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;
- 2) O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- 3) O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo; e
- 4) Para efeito de recebimento provisório:
  - a. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato; e
  - b. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 5) O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 6) A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (art. 119 c/c art. 140 da Lei n. 14.133/2021);
- 7) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 8) Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

9) Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;
- b. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;
- c. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- d. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- e. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão;

10) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n. 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

11) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## DA FONTE DOS RECURSOS

UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	DESPESA	ORIGEM DE RECURSOS
XX	XX	XX	XX

## DA LIQUIDAÇÃO

Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) A data da emissão;
- b) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) O período respectivo de execução do contrato;
- d) O valor a pagar; e
- e) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, verificada a a) manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize as situações de irregularidades constatadas.

## DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa. No caso de atraso pela contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

A nota fiscal/fatura/documento idôneo relativa à cobrança deverá ser emitida em favor do XXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXX, com sede XXXXXXXXXXXXXXXX, sendo acompanhada por comprovante de recolhimento dos impostos, taxas e encargos pertinentes.

Verificados erros no documento de cobrança, ensejarão sua devolução, sendo que o prazo





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

previsto no caput desta cláusula será contado a partir da nova apresentação. Nenhuma reivindicação para pagamentos adicionais será considerada se decorrer de erro, interpretação ou avaliação pela Contratada em relação ao presente instrumento.

## CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Por se tratar de contratação pelo Sistema de Registro de Preços, o cronograma físico-financeiro somente será apresentado para as efetivas contratações de uso da Ata de Registro.

## DA GESTÃO CONTRATUAL

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, devendo-se observar o seguinte:

- 1) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- 2) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 3) O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 4) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### 20.1. Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme preconizados pelo art. 117, *caput*, da Lei n. 14.133/2021, a seguir indicados:

1. Fiscal: Josineide Lima da Costa – Gabinete do Prefeito;

### 20.2. Fiscal técnico

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, devendo considerar o seguinte:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 1) Anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 2) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 3) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 4) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 5) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;
- 6) Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- 7) Deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;
- 8) O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada;
- 9) A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;
- 10) Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório;
- 11) É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada;
- 12) O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;
- 13) A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste termo de referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 14) A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade;
- 15) Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

## **20.3. Fiscal administrativo**

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **20.4. Gestor do contrato**

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, bem como:

- 1) Acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 2) Acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 3) Emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 4) Tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 5) Deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- 6) Deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## DA VIGÊNCIA E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do Artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

## OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1) Prestar o serviço estritamente de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência, no quantitativo estabelecido e nos locais estabelecidos, responsabilizando-se por sua substituição na hipótese de se constatar, quando do recebimento pela Secretaria de Educação, desacordo com as referidas especificações;
- 2) Remover às suas expensas, todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- 3) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, resultantes da contratação;
- 4) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Município de Pirapetitinga;
- 5) Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega garantindo-lhes alimentação e transporte até o local da prestação dos serviços, bem como a logística necessária ao transporte das ferramentas e dos itens necessários;
- 6) Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados, durante a execução dos serviços de entrega, instalação, ou assistência técnica.

## OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 1) Responsabilizar-se pelo pagamento do serviço recebido;
- 2) Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar as obrigações da contratada por meio do responsável pelo recebimento do material, atestando na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva entrega do item, conforme descrito e especificado na proposta da licitante vencedora;
- 3) Notificar a contratada, por escrito, para a retirada imediata dos materiais, quando apresentarem problemas relacionados a especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, alusivo às obrigações da contratada;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 4) Rejeitar todo ou em parte os produtos entregues em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência; e
- 5) Comunicar à contratada, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou iminência de ocorrência de falhas para a adoção das providências saneadoras, em todo o período de garantia e onde quer que se faça necessária a intervenção.

## FORO

Ficará eleito o **FORO DA COMARCA DE PIRAPETINGA** para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Referência, assim como do Edital de Convocação e do contrato que o sucederão, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## APROVAÇÃO

**Luiz Henrique Pereira da Costa**, no exercício de suas atribuições, manifesta-se pelo prosseguimento da contratação, considerando o presente Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar anexo.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Anexo T.R. I

## ENDEREÇOS DAS UNIDADES

Nº	ESCOLAS
1	<b>C. EM. VOVÔ JAYME DE PINHO</b>
	Rua São Bento, s/nº
	Centro - CEP: 36730-000
2	<b>CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL 2000</b>
	Praça Deodoro Afonso Frauches, s/nº
	Bairro 2000 - CEP: 36730-000
3	<b>CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL DE PIRAPETINGA</b>
	Rua Oscar Jardim, s/nº
	Colina do Sol - CEP: 36730-000
4	<b>CEMEI PROFESSORA MARIA LUCIA RODRIGUES SOBRINHO RUBACK</b>
	Rua Pedro Batista de Souza, 25
	João Batista de Souza - CEP: 36730-000
5	<b>ESCOLA MUNICIPAL VALÃO QUENTE</b>
	Avenida José Dias Ferreira, s/nº
	Pirapetitinga - CEP: 36730-000
6	<b>ESCOLA MUNICIPAL CORONEL RIBEIRO DOS REIS</b>
	Rua Dona Pulcena, 110
	Centro - CEP: 36730-000



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## **Apêndice – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA SE ASSEGURAR O ACESSO À ÁGUA DE  
QUALIDADE NAS UNIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE  
PIRAPETINGA - MG**



**PIRAPETINGA**  
**2026**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## 1. OBJETO

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar com vistas à identificação da solução mais adequada para assegurar o acesso à água de qualidade às unidades escolares vinculadas à Secretaria de Educação do município de Pirapetinga – Minas Gerais.

No âmbito legal, o estudo verificará a conformidade dos procedimentos a serem adotados com a legislação vigente, incluindo as normas que regem as aquisições e contratações no setor público. Além disso, será avaliada a transparência e a legalidade da escolha do método mais adequado, a fim de garantir que não haja impedimentos ou riscos legais que possam comprometer a contratação dos possíveis serviços.

No que diz respeito aos aspectos financeiros, o estudo analisará a relação custo-benefício das opções disponíveis, comparando-as entre si. Será levada em consideração a capacidade orçamentária da do Município de Pirapetinga para atender à demanda, considerando as possibilidades de preços e a necessidade de aquisição, bem como a gestão dos recursos financeiros ao longo do tempo.

Sob a perspectiva técnica, o estudo identificará o(s) método(s) mais eficaz(es), para que possamos realizar as ações necessárias de modo a permitir o cumprimento da missão institucional destas Secretarias. Além disso, deverão ser assegurados os requisitos de segurança, funcionalidade e durabilidade da solução mais adequada, de modo que necessidade pública seja plenamente atendida.

## 2. BASE LEGAL

- a) **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (DUDH):** Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, a DUDH estabelece que toda pessoa tem direito a um padrão de vida adequado que inclua alimentação, vestuário, moradia, assistência médica e serviços sociais necessários, entre os quais se incluem a água potável;
- b) **Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 (PIDESC):** Adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966, o PIDESC reconhece o direito de toda pessoa a um padrão de vida adequado, incluindo alimentação, vestuário e moradia adequados, além do acesso contínuo a água potável e saneamento básico;
- c) **Constituição Federal de 1988 (CRFB/1988):** A Constituição Federal é a pedra angular da legalidade no Brasil e estabelece os princípios fundamentais da administração pública, dentre eles a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que norteiam todas as ações do setor público;
- d) **Lei n. 8.069/1990 (ECA):** Conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, pela amplitude de seus preceitos e pela forma como protege nossas crianças;
- e) **Lei nº. 15.276/2025:** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir o acesso a água potável nas instituições de ensino;
- f) **Lei n. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos):** Esta lei estabelece as diretrizes gerais para

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetinga.mg.gov.br





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

licitações e contratos administrativos, definindo os procedimentos a serem seguidos na aquisição de bens e serviços pelo setor público. Ela é essencial para garantir a legalidade e a transparência em todas as etapas do processo;

- g) **Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007:** Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei n. 6.528, de 11 de maio de 1978;
- h) **Decreto n. 7.217, de 21 de junho de 2010:** o Decreto regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências;
- i) **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2015 (ODS):** Os ODS, estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, incluem o ODS 6, que tem como meta assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos até 2030;
- j) **Lei n. 14.026, de 15 de julho de 2020:** A Lei atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei n. 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei n. 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei n. 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei n. 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados;
- k) **Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023:** Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional; e

### 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A urgência em definir a melhor solução para garantir o acesso à água potável nas escolas municipais ressalta a necessidade imperativa de conduzir um estudo técnico preliminar abrangente. Esta demanda emerge da complexidade inerente à infraestrutura escolar e à variabilidade das condições ambientais, demandando uma abordagem metódica e fundamentada para identificar as soluções mais eficazes e sustentáveis.

A primeira vertente dessa necessidade reside na **diversidade das estruturas das unidades escolares**. Cada instituição apresenta desafios únicos, desde diferenças na infraestrutura predial até a natureza específica das fontes de água disponíveis. Nesse sentido, aspecto crucial é a complexidade da **qualidade da água**. A mera disponibilidade de água não é suficiente; a sua potabilidade é um requisito fundamental. **A solução escolhida não apenas deve fornecer água, mas assegurar sua pureza e adequação para consumo humano,**

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

a partir de testes microbiológicos, químicos e físicos.

No âmbito econômico, é importante uma análise de **custo-benefício**. Diferentes soluções apresentam custos variados, desde a implementação inicial até a manutenção contínua. **O estudo técnico deve fornecer dados para avaliar não apenas os custos financeiros imediatos, mas também os benefícios a longo prazo, permitindo escolhas que sejam eficientes tanto em termos de recursos quanto de resultados.**

Além disso, a relevância da sustentabilidade permeia todo o processo. **É preciso que a solução incorpore práticas sustentáveis, considerando a eficiência energética dos sistemas propostos, o uso responsável dos recursos hídricos e a viabilidade de manutenção a longo prazo.** Essa abordagem alinhada com princípios sustentáveis contribui não apenas para a resolução imediata do problema, mas também para a construção de um ambiente escolar resiliente e ecologicamente consciente.

Desse modo, resta demonstrada a necessidade de realização do presente estudo técnico preliminar para definir a melhor solução de garantia de acesso à água potável nas escolas municipais que compõem o município de Pirapetitinga. Este estudo não apenas identifica as lacunas e desafios específicos, mas também oferece uma base robusta para escolhas informadas, visando não apenas suprir a necessidade imediata, mas construir um ambiente escolar saudável, sustentável e adaptável às necessidades futuras.

## 4. JUSTIFICATIVA

O direito humano ao acesso à água é reconhecido internacionalmente como um direito essencial para uma vida digna e saudável. A água é um recurso fundamental para a sobrevivência humana e desempenha um papel crucial em diversas atividades diárias, incluindo consumo humano, higiene, produção de alimentos, saneamento e desenvolvimento econômico.

O acesso à água segura e potável é essencial para a promoção da saúde pública, prevenção de doenças e redução da mortalidade, especialmente em comunidades carentes e em regiões onde a água contaminada é uma causa comum de doenças transmitidas pela água, como cólera, diarreia e febre tifoide.

Além disso, o acesso à água está intrinsecamente ligado a outros direitos humanos, como o direito à alimentação adequada, o direito à saúde, o direito ao trabalho digno e o direito ao desenvolvimento. Sem acesso à água potável, muitos outros direitos humanos são comprometidos, impedindo o pleno desenvolvimento e bem-estar das pessoas.

A importância do acesso à água como um direito humano foi reconhecida em diversos instrumentos internacionais, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma que toda pessoa tem direito a um padrão de vida adequado, incluindo água potável. Além disso, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu explicitamente o direito humano à água e ao saneamento em 2010, enfatizando a importância de garantir o acesso universal a esses serviços de forma equitativa e sustentável.

Assim, garantir o acesso universal à água potável é um desafio global que requer o compromisso e a cooperação de governos, organizações internacionais, sociedade civil e setor privado. Isso inclui investimentos em infraestrutura hídrica, melhoria da gestão dos recursos hídricos, promoção da educação e conscientização sobre a importância da água, e desenvolvimento de políticas e programas que promovam a equidade e a inclusão no acesso à água. Esses esforços são fundamentais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que incluem metas específicas relacionadas ao acesso à água potável e ao

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

saneamento até 2030.

Além disso, no cenário nacional, embora a Constituição Federal do Brasil de 1988 não menciona explicitamente o direito ao acesso à água potável como um direito específico, esse direito é implicitamente abrangido por outros dispositivos constitucionais que tratam de questões relacionadas à saúde, ao meio ambiente e aos direitos sociais, tais como os artigos 6º, 23 e 225.

Desse modo, o Brasil passou a tratar a temática sobre o saneamento básico de forma mais abrangente e estruturada com a promulgação da Lei n. 11.445/2007, conhecida como Lei do Saneamento Básico. Essa legislação estabeleceu as diretrizes nacionais para o setor, definindo os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas como componentes essenciais do saneamento básico.

Posteriormente, a Lei n. 14.026/2020 promoveu alterações significativas na legislação do saneamento básico, buscando modernizar o setor e promover a universalização dos serviços. Essa nova legislação introduziu novas diretrizes, como a prestação regionalizada dos serviços, a necessidade de licitação para a delegação dos serviços à iniciativa privada, além de estabelecer metas mais ambiciosas para a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico.

Portanto, a elaboração do presente estudo técnico representa uma etapa crucial na busca pela melhor solução para assegurar o acesso à água potável às escolas, unidades de saúde e sedes administrativas do município de Pirapetinga. Essa necessidade se justifica não apenas pela complexidade técnica envolvida, mas também pelos impactos diretos na saúde, educação e bem-estar dos estudantes e comunidades escolares. Este processo meticuloso desempenha um papel fundamental na identificação de desafios específicos, na consideração de variáveis ambientais e na promoção de uma abordagem sustentável e eficiente.

Assim sendo, um sistema de tratamento de água adequado para atendimento dos alunos e funcionários das unidades escolares do município de Pirapetinga é fundamental por diversas razões, tanto em termos de saúde pública quanto de sustentabilidade ambiental, de forma a: (i) garantir a qualidade da água, tornando-a segura para consumo humano e assim prevenir doenças transmitidas pela água e proteger a saúde da população; (ii) atender às demandas de abastecimento, em especial considerando o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico; (iii) regularizar o fornecimento de água; (iv) reduzir impactos ambientais, uma vez que o tratamento da água reduz a carga de poluentes lançados nos corpos d'água naturais; (v) estar em conformidade com as regulações/normas legais.

Por fim, esse estudo técnico preliminar é de suma importância para definição da melhor solução que garanta o acesso à água potável nesses municípios e se mostra como uma etapa estratégica e imprescindível. A partir de então, esse estudo proporciona uma base sólida para a tomada de decisões informadas de modo a garantir que as soluções adotadas sejam tanto tecnicamente precisa, mas também estejam alinhadas as necessidades específicas das unidades escolares, unidades de saúde e sedes administrativas do município de Pirapetinga. Em última análise, investir na qualidade da água nesse município é investir no desenvolvimento integral e na saúde a longo prazo das presentes e futuras gerações.

## **5. RESULTADOS PRETENDIDOS**

A garantia de acesso à água potável no município de Pirapetinga é de extrema importância. A recente evidência dos resultados obtidos em iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade da água consumida pelos

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: [admppm@pirapetinga.mg.gov.br](mailto:admppm@pirapetinga.mg.gov.br)





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

municípios, apresenta-se como um ponto crucial para uma série de benefícios essenciais para a saúde, qualidade de vida e desenvolvimento socioeconômico das comunidades

Nesse sentido, elencam-se os resultados pretendidos a partir do desenvolvimento do presente Estudo Técnico Preliminar:

- a) Garantia de acesso contínuo à água potável para os alunos e comunidade escolar;
- b) Melhoria na qualidade da água consumida pelos alunos e comunidade escolar;
- c) Redução de problemas de saúde relacionados à ingestão de água contaminada;
- d) Promoção de hábitos saudáveis e de higiene;
- e) Maior segurança alimentar; e
- f) Preservação do meio ambiente.

Em primeiro plano, destaca-se a importância intrínseca da água potável para a saúde. A implementação de sistemas que assegurem a qualidade da água consumida representa uma barreira eficaz contra problemas de saúde associados à ingestão de água contaminada. A relação direta entre a qualidade da água e a redução de problemas de saúde é corroborada por estudos que evidenciam a prevalência de doenças transmitidas pela água em locais onde o acesso à água potável é limitado. Assim, o acesso à água potável manifesta-se como um investimento preventivo na saúde das comunidades locais.

Além dos benefícios para a saúde, a promoção de hábitos saudáveis e de higiene entre os municípios é um aspecto que transcende o caráter meramente sanitário. A água é um recurso essencial para a manutenção de práticas saudáveis, como a higiene bucal, lavagem das mãos e a ingestão adequada de líquidos.

Ademais, o acesso à água potável é essencial para produção de alimentos, agricultura e criação de animais. Além disso, a água potável está intrinsecamente ligada à conservação dos recursos hídricos e à proteção do meio ambiente.

Nesse contexto, a garantia de acesso à água potável não apenas cumpre um papel higiênico-sanitário, mas também se configura como um instrumento de promoção da qualidade de vida e desenvolvimento da comunidade local, ofertando, assim, condições básicas de saúde e bem-estar.

**Assim, quais as possíveis medidas podem ser adotadas para se assegurar o acesso à água potável aos alunos e comunidade escolar do município de Pirapetinga, bem como funcionários e servidores?**

## 6. SOLUÇÕES

Como vimos, o acesso à água potável é fundamental para a promoção da saúde e bem-estar dos alunos e funcionários das unidades escolares do município de Pirapetinga. A ingestão regular de água contribui para a hidratação adequada, essencial para o funcionamento cognitivo e físico, impactando diretamente o desempenho acadêmico. Ou seja, para que os municípios possam ter assegurado o acesso à saúde, é preciso que o município de Pirapetinga efetue o adequado planejamento e gestão da infraestrutura, o que inclui assegurar o pleno acesso à água de qualidade.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetinga.mg.gov.br





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Desse modo, foram indicadas três possíveis soluções para a necessidade proposta:

SOLUÇÃO	DESCRIÇÃO
1	Atualização ou substituição de infraestruturas de encanamento
2	Instalação de sistemas de purificação de água, como filtros e purificadores
3	Implementação de programas de manutenção preventiva para garantir a operacionalidade contínua dos sistemas

## 6.1. Análise das soluções sob o aspecto técnico

### 6.1.1. 1ª Solução: Atualização ou substituição de infraestruturas de encanamento

A primeira solução, relativa à atualização ou substituição de infraestrutura de encanamento, apesar de necessária, não se mostra eficaz para assegurar o acesso à água de qualidade para satisfazer a necessidade perseguida. Com efeito, uma boa estrutura de encanamento é necessária para se assegurar a funcionalidade do sistema, evitando-se perdas e contaminações.

Sob o viés econômico, a primeira solução é considerada de baixo custo, visto que a substituição se limita às partes que se encontram avariadas, não havendo a necessidade de substituição total do sistema. Tal prática é muito comum em sistemas que utilizam encanamento de metal que já apresentam falhas resultantes do desgaste natural.

Entretanto, a substituição do encanamento não é suficiente para aperfeiçoar a qualidade da água, quando nos referirmos à níveis de potabilidade de água de baixa qualidade. Ainda que seja realizada, a simples substituição não é capaz de alterar as características da água a ponto de torná-la potável. **Desse modo, a primeira solução não se mostra adequada para solucionar a necessidade pública.**

### 6.1.2. 2ª Solução: Instalação de sistemas de purificação de água, como filtros e purificadores

A instalação de filtros e purificadores de água é uma solução viável e comumente adotada para melhorar a qualidade da água disponibilizada. Os equipamentos se diferenciam pela capacidade de filtragem e vazão disponível pelo sistema. A solução apresenta algumas características que merecem atenção:

- Melhoria na qualidade da água:** Filtros e purificadores são projetados para remover impurezas, sedimentos e contaminantes da água, resultando em uma melhoria significativa na qualidade;
- Acesso imediato à água potável:** Esses sistemas proporcionam acesso imediato à água potável, o que é fundamental para atender às necessidades de toda a comunidade, dos estudantes, professores e funcionários;
- Custo inicial e operacional:** Em comparação com algumas alternativas, a instalação de filtros e purificadores pode ter custos iniciais e operacionais mais baixos, especialmente quando comparada a projetos de infraestrutura mais complexos; e
- Manutenção relativamente simples:** A manutenção desses sistemas geralmente é simples envolve a substituição periódica de filtros. Isso pode facilitar a gestão cotidiana no município.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Para que a instalação seja eficiente, é preciso compreender que a qualidade da água deverá ser rotineiramente aferida, para que o sistema seja adequadamente parametrizado, inclusive com a alteração das tecnologias utilizadas para a filtragem. Além disso, os equipamentos devem ser submetidos regularmente à manutenção, ante à possibilidade de contaminação da água, o que colocaria em risco os alunos da rede, funcionários e servidores.

Nesse sentido, **aquisição** apresenta benefícios significativos que garantem maior controle e eficiência a longo prazo. A aquisição envolve a instalação dos equipamentos, realização periódica dos testes de potabilidade, manutenção preventiva e corretiva, bem como a possibilidade de instalação de novas unidades, quando necessário. Embora demande um investimento inicial mais elevado, essa alternativa permite que a Administração tenha plena propriedade dos equipamentos, eliminando a necessidade de pagamentos contínuos.

A propriedade total dos equipamentos proporciona maior autonomia na gestão da infraestrutura e flexibilidade para personalizações específicas que atendam às necessidades do município. Além disso, a aquisição reduz os custos a longo prazo, já que, ao término do período de amortização, não haverá mais despesas recorrentes relacionadas ao aluguel ou pagamento contínuo.

É importante mencionar que, ao adquirir os equipamentos, o município poderá implementar um programa de gestão e manutenção com pessoal habilitado e laboratórios especializados, assegurando que os sistemas operem com eficiência máxima. Essa gestão própria possibilita maior transparência e controle sobre os gastos e amplia a possibilidade de atualização tecnológica de forma planejada e conforme a necessidade das unidades escolares, unidades de saúde e demais secretarias.

Assim, considerando, a **aquisição** dos equipamentos se mostra a melhor solução para o município, permitindo uma gestão eficiente, maior controle sobre a infraestrutura e economia significativa no médio e longo prazo.

### **6.1.3. 3ª Solução: Implementação de programas de manutenção preventiva para garantir a operacionalidade contínua dos sistemas**

A terceira solução, na prática, estaria vinculada às demais, visto que a implementação de um adequado programa de manutenção garantiria a funcionalidade do sistema. Contudo, para a necessidade perseguida – assegurar o acesso à água de qualidade – a manutenção dos sistemas, apesar de essencial, não se mostra suficiente.

A manutenção pressupõe a existência de um adequado sistema de tratamento e distribuição, o que não se encontra implementado no momento. Desse modo, **não se pode imputar à referida solução a condição de satisfação da necessidade pública.**

## **6.2. Soluções prováveis sob o aspecto jurídico**

A Lei n. 14.133/2021 alterou as modalidades de licitação, com a abolição das modalidades tomada de preços e convite. Conforme a redação do art. 28, houve a implementação de uma grande novidade, com a previsão de uma nova modalidade chamada de diálogo competitivo. Assim, de acordo com a redação dada pelo art. 28 da Lei n. 14.133/2021, as modalidades licitatórias são as seguintes:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- a) Pregão;
- b) Concorrência;
- c) Concurso;
- d) Leilão;
- e) Diálogo competitivo<sup>3</sup>; e
- f) Sistema de Registro de Preços.

## 6.2.1. Da concorrência e do pregão:

Nos termos do art. 6º, XXXVIII, **concorrência** é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: (a) menor preço; (b) melhor técnica e conteúdo artístico; (c) técnica e preço; (d) maior retorno econômico; e (e) maior desconto.

Como não haverá mais tomada de preços e convite, **a definição de concorrência se deu mais no comparativo entre o pregão**, dado que as demais modalidades são para circunstâncias peculiares, bem distintas. Assim, a Administração Pública basicamente comprará e contratará os serviços por concorrência e por pregão.

**De acordo com o art. 29, a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17, o que inclui, como regra, as fases: preparatória, de divulgação de edital de licitação; de apresentação de propostas e lances; de julgamento, de habilitação; recursal e de homologação.** Como o pregão se volta à aquisição de **bens e serviços comuns ou à contratação de serviço comum de engenharia**, adota-se essa modalidade sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Assim, **o pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços comuns de engenharia.** De acordo com a definição contida na alínea a do inciso XXI do *caput* do art. 6º da lei, serviço comum de engenharia é todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

Os serviços comuns de engenharia tanto podem ser adquiridos por concorrência como também podem ser adquiridos por pregão. Não é possível, no entanto, a aquisição por pregão de serviços especiais de engenharia.

## 6.2.2. Concurso

De acordo com a definição contida no art. 6º, XXXIX, da lei, concurso é a modalidade de licitação para **escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

**técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.**

O concurso observará as regras e as condições previstas em edital, que indicará: (1) a qualificação exigida dos participantes; (2) as diretrizes e as formas de apresentação do trabalho; e (3) as condições de realização e o prêmio ou remuneração a ser concedida ao vencedor.

Nos concursos destinados à elaboração de projeto, o vencedor deverá ceder à Administração Pública, nos termos do art. 92 da Lei, todos os direitos patrimoniais relativos ao projeto e autorizar sua execução conforme juízo de conveniência e oportunidade das autoridades competentes.

## 6.2.3. Leilão

Leilão, conforme definição do art. 6º, XL, da Lei, é **modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.**

A Lei anterior (Lei n. 8.666/93), definia, no art. 22, § 5º, leilão como a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para alienação de bens imóveis a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao da avaliação. A redação foi aperfeiçoada ao se retirar a menção à hipótese de bens penhorados, pois, como enfatizava há tempos Marçal Justen Filho, em vez de bens penhorados, em verdade, irão a leilão os bens empenhados (objeto de penhor), e não penhorados, pois estes últimos obedecem a procedimento próprio estabelecido no Código de Processo Civil.

O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e o regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais. Se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a administração deverá selecioná-lo mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão e adotar o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados.

## 6.2.4. Diálogo competitivo

Diálogo Competitivo é a grande novidade da nova Lei de Licitações. Trata-se de modalidade inspirada no art. 30 da Diretiva 2014/24 da União Europeia, depois incorporada a legislações internas como Inglaterra, Holanda, França e Portugal.

É denominado, na Europa, de diálogo concorrencial, sendo disciplinado lá como modalidade de contratação pública em que a autoridade adjudicadora estabelece anúncio de concurso contendo suas necessidades, requisitos e critérios de contratação para que qualquer operador econômico possa apresentar pedido de participação, trazendo as informações solicitadas para que a autoridade realize a seleção dos participantes.

Antes de adentrar à exposição do seu regime jurídico, conforme previsão da Nova Lei de Licitações e Contratos, cumpre esclarecer o porquê de sua positivação. Trata-se de modalidade cujo objetivo é **atender às necessidades de obras, serviços e compras em que o Poder Público sabe de suas necessidades, mas não sabe, diante da variabilidade do mercado, como melhor supri-las.**

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admppmp@pirapetitinga.mg.gov.br





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## 6.2.5. Do Sistema de Registro de Preços

O Sistema de Registro de Preços é caracterizado pela formação de um instrumento vinculativo denominado Ata de Registro de Preços, onde são registradas as especificações dos produtos licitados, condições de fornecimento e seus respectivos valores<sup>4</sup>. Não se trata de uma modalidade licitatória e visa, prioritariamente, a racionalização das contratações públicas pela maximização do princípio da economicidade ao permitir que a Administração Pública celebre o contrato administrativo na exata medida e no momento de sua necessidade<sup>5</sup>.

Segundo Flávio Amaral Garcia, a racionalidade do SRP está amparada na economia de escala, uma vez que a participação do maior número possível de órgãos e entidades de uma mesma licitação, cada qual com suas necessidades, aumentaria o quantitativo demandado e, desse modo, os preços ofertados pelos fornecedores seriam menores. Além disso, a adoção do SRP implicaria na supressão de múltiplos procedimentos licitatórios, eliminando a burocracia e diminuindo os custos.

A adoção do Sistema de Registro de Preços deverá considerar o seguinte:

- a) Pelas características do objeto da contratação, aquisição de filtro para água potável que é imprescindível para saúde dos munícipes, trata-se de serviço permanente ou frequente;
- b) Além disso, caso haja a entrega das novas unidades educacionais, unidades de saúde ou até mesmo de novas sedes administrativas seriam necessárias novas licitações para atender às crescentes demandas do município;
- c) Os serviços serão remunerados por unidades, em função da quantidade de filtros instalados (e dos serviços secundários que serão prestados concomitantemente ou não); e
- d) Embora exista uma estimativa mínima, os serviços a serem contratados serão diretamente proporcionais ao número de unidades escolares e, dessa forma, não há como definir previamente o quantitativo total, pois existem unidades em construção/reforma, o que autoriza a utilização do Sistema de Registro de Preços.

A contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços terceirizados implica na adoção de várias medidas destinadas a assegurar a lisura e viabilidade técnica-econômica do procedimento licitatório. Desse modo, seguem os requisitos da contratação:

### Quanto à qualificação técnica:

As empresas licitantes deverão apresentar para comprovação da Qualificação Técnica 1 (um) atestado, no mínimo, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual comprove ter a licitante:

- a) Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o item objeto da licitação, (Acórdão TCU n. 8364/2012 - 2ª Câmara);
- b) Experiência mínima de 1 ano, ininterruptos ou não, no mercado do objeto deste pregão. (Acórdão TCU



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

n. 8364/2012 - 2ª Câmara). Os períodos concomitantes serão computados uma única vez e para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.

O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB. (Acórdão TCU n. 8364/2012 - 2ª Câmara).

Poderá ser exigida da licitante a disponibilização de todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços. (Acórdão TCU n. 1.214/2013 – Plenário).

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior. (Acórdão TCU n. 1.214/2013 – Plenário).

## **Quanto à qualificação econômico-financeira:**

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta comercial;
- b) Demonstração contábil da situação financeira da proponente, calculada a partir do balanço apresentado e da aplicação da seguinte fórmula:

$$IEG = \frac{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}{ATIVO TOTAL}$$

- c) Serão inabilitadas as licitantes cujos demonstrativos não atenderem às seguintes condições: Índice de Endividamento Geral (LG)  $\geq 0,5$ ;
- d) A demonstração acima deverá ser apresentada, pela licitante, em papel timbrado da proponente, fazendo menção ao número desta Licitação, datada, assinada pelo representante legal da empresa na última folha e rubricada nas demais. A forma de apresentação da referida demonstração visa a facilitar o julgamento do certame; cujo descumprimento não inabilitará a licitante;
- e) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade;
- f) A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os cartórios ou órgãos de registro que controlam a distribuição de falências e concordatas;

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- g) No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente informando em que fase se encontra o feito em juízo, expedida há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação;
- h) Se após a data do levantamento dos demonstrativos contábeis exigidos tiver havido alterações contratuais que importem na alteração do patrimônio líquido, representado pelo aumento do capital social com recursos não existentes no patrimônio líquido na data do último Balanço Patrimonial, esta será considerada, desde que já homologada pela Junta Comercial, acompanhada das peças contábeis que reflitam essa alteração;
- i) Empresas recentemente constituídas deverão apresentar seu balanço patrimonial de abertura e último balancete;
- j) As sociedades anônimas deverão apresentar balanço publicado em jornal de grande circulação ou em diário oficial e ata da assembleia geral ordinária que o aprovou (Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976);
- k) As peças contábeis deverão estar devidamente assinadas pelo representante legal da empresa e pelo contabilista responsável, este último com seu respectivo registro

## 6.3. Conclusão

A solução escolhida pelo município de Pirapetitinga é a realização de procedimento licitatório para a aquisição de filtros centrais, destinados às unidades escolares pelo Sistema de Registro de Preço. O Registro de Preços é um sistema e não uma modalidade de licitação, que visa a racionalização dos processos de compras e de prestação de serviços. Sua finalidade principal é a de maximizar o princípio da economicidade, **permitindo a Administração Pública celebrar o contrato na exata medida e no momento de sua necessidade**<sup>6</sup>.

Os preços registrados serão utilizados pelos órgãos/entidades da Administração **para o atendimento imediato de suas necessidades, na medida da conveniência dos órgãos que integraram a licitação**<sup>7</sup>. Ou seja, os futuros contratos administrativos serão celebrados na medida da necessidade dos órgãos, de modo a atender diversas situações corriqueiras, que não têm como precisar exatamente o quantitativo de sua demanda.

Quanto à adoção do Sistema de Registro de Preços, o consórcio embasou sua decisão em uma estimativa inicial de utilização. É relevante destacar que o município de Pirapetitinga dispõe atualmente de 8 unidades escolares.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES		
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1	Aquisição de filtros centrais de água, com garantia e manutenção no período de 1	8



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

	(um) ano	
--	----------	--

Essa estimativa pode ser considerada como uma projeção mínima, e a utilização do Sistema de Registro de Preços é justificada por sua flexibilidade em lidar com mudanças adversas na demanda de filtros centrais, especialmente quando a ampliação da rede depende de fatores externos ao processo de contratação desses equipamentos.

É importante mencionar que a decisão de utilizar o Sistema de Registro de Preços também está alinhada a uma abordagem prática de gestão, conforme preconizado pelo art. 20, *caput*, da LINDB. Optar por outros mecanismos de contratação individual para cada unidade escolar futura resultaria na necessidade de realizar novos certames assim que essas unidades estivessem disponíveis, o que poderia acarretar custos adicionais e demandaria mais tempo por parte da Administração Pública Municipal.

É importante mencionar que a opção pelo Sistema de Registro de Preços perpassa pela análise dos aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais relativos à matéria, bem como pelo juízo de conveniência e oportunidade do gestor. Havendo procedimento licitatório para a escolha da melhor proposta, respeitando-se a legalidade, economicidade, vantajosidade e isonomia (dentre outros), a formalização de Ata de Registro de Preços é válida e perfeitamente cabível à hipótese almejada nos autos.

## 7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços terceirizados implica na adoção de várias medidas destinadas a assegurar a lisura e viabilidade técnica-econômica do procedimento licitatório. Desse modo, seguem os requisitos da contratação:

### 7.1. Quanto à qualificação técnica

As empresas licitantes deverão apresentar para comprovação da Qualificação Técnica 1 (um) atestado, no mínimo, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual comprove ter a licitante:

- c) Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o item objeto da licitação, (Acórdão TCU n. 8364/2012 - 2ª Câmara);
- d) Experiência mínima de 1 ano, ininterruptos ou não, no mercado do objeto deste pregão. (Acórdão TCU n. 8364/2012 - 2ª Câmara). Os períodos concomitantes serão computados uma única vez e para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro;

O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB. (Acórdão TCU n. 8364/2012 - 2ª Câmara).

Poderá ser exigida da licitante a disponibilização de todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços. (Acórdão TCU n. 1.214/2013 – Plenário).

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admppm@pirapetitinga.mg.gov.br





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior. (Acórdão TCU n. 1.214/2013 – Plenário).

## 7.2. Quanto à qualificação econômico-financeira

- l) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta comercial;
- m) Demonstração contábil da situação financeira da proponente, calculada a partir do balanço apresentado e da aplicação da seguinte fórmula:

$$IEG = \frac{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}{ATIVO TOTAL}$$

- n) Serão inabilitadas as licitantes cujos demonstrativos não atenderem às seguintes condições: Índice de Endividamento Geral (LG)  $\geq 0,5$ ;
- o) A demonstração acima deverá ser apresentada, pela licitante, em papel timbrado da proponente, fazendo menção ao número desta Licitação, datada, assinada pelo representante legal da empresa na última folha e rubricada nas demais. A forma de apresentação da referida demonstração visa a facilitar o julgamento do certame; cujo descumprimento não inabilitará a licitante;
- p) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade;
- q) A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os cartórios ou órgãos de registro que controlam a distribuição de falências e concordatas;
- r) No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente informando em que fase se encontra o feito em juízo, expedida há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação;
- s) Se após a data do levantamento dos demonstrativos contábeis exigidos tiver havido alterações contratuais que importem na alteração do patrimônio líquido, representado pelo aumento do capital social com recursos não existentes no patrimônio líquido na data do último Balanço Patrimonial, esta será considerada, desde que já homologada pela Junta Comercial, acompanhada das peças contábeis que reflitam essa alteração;
- t) Empresas recentemente constituídas deverão apresentar seu balanço patrimonial de abertura e último balancete;

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- u) As sociedades anônimas deverão apresentar balanço publicado em jornal de grande circulação ou em diário oficial e ata da assembleia geral ordinária que o aprovou (Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- v) As peças contábeis deverão estar devidamente assinadas pelo representante legal da empresa e pelo contabilista responsável, este último com seu respectivo registro.

## 8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Os quantitativos são indicados abaixo:

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES		
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1	Aquisição de filtros centrais de água, com garantia e manutenção no período de 1 (um) ano corretiva	8

## 9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução escolhida, a partir da análise dos aspectos técnico e econômico, é pela contratação de empresa para a prestação do serviço de aquisição de filtro central, com garantia e manutenção no período de 1 (um) ano, para as unidades escolares unidades do município de Pirapetitinga. A contratação se dará pelo Sistema de Registro de Preços, considerando que há uma estimativa mínima para os serviços que serão contratados, sem prejuízo de sua ampliação ou diminuição.

### 9.1. Das características mínimas dos equipamentos e serviços a serem realizados

#### e) Características técnicas:

Tipo: Filtro central de água automático;  
Material do cilindro: Fibra de vidro (PRFV), com proteção térmica;  
Eixo: 30 kg;  
Peso: 80 kg;  
Capacidade de Filtragem: 1.000 a 6.000 litros/hora;  
Certificações: ICR, NSF;  
Elementos Filtrantes: Camadas de carvão ativado, carvão antracito, zeólita e filtro tipo next.

#### f) Válvula Controladora Automática Digital:

Funções: Controle de filtragem, marcação de horário para filtragem, controle de vazão;  
Visor: LCD;  
Botões: Configuração no painel;  
Certificações: ISO 9001, NSF61.

#### g) Especificações para Cabine de Proteção:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo: Cabine de proteção TRA-5059;  
Material: ACM (Aluminum composite material);  
Medidas: 1,77 m x 0,66 m (altura x largura);  
Quadro Elétrico: Monofásico e/ou bifásico;  
Sistema Hidráulico: Vazão de 1.000 a 6.000 l/h;  
Porta de Acesso: Para manutenção;  
Visor: Para acompanhamento externo do sistema de válvula digital;  
Fechadura: Para proteção do equipamento.

## h) Assistência Técnica:

Acompanhamento: Técnico especializado 24 horas;  
Limpeza: Sistemas de automação, placas digitais, cilindros e geral;  
Higienização: Trimestral dos reservatórios;  
Inspeção e Manutenção: Periódica de circuitos e cabos elétricos;  
Correção de Vazamentos: Verificação e correção;  
Troca de Material Filtrante: Semestral;  
Substituição Imediata: Caso necessário;  
Emissão de Laudo Laboratorial: Trimestral.

A prestação dos serviços não enseja a realização obras de adequação e/ou alterações das unidades escolares, unidades de saúde e administrativas indicadas, não sendo necessária o estabelecimento de contratações correlatas. Além disso, a futura contratada será responsável por todas e quaisquer adequações para instalação e operacionalização dos equipamentos.

Em sentido semelhante, não será necessário estabelecer capacitação específica para a gestão e fiscalização do serviço, considerando se tratar de aquisição e, apesar das especificidades do equipamento, a gestão/fiscalização contratual é regida por padrões usuais de mercado.

## 10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Entende-se que a presente contratação não admite parcelamento, uma vez que o objeto licitado guarda identidade técnica e econômica. Há se observar que, no caso concreto, o não parcelamento amolda-se às disposições doutrinárias e jurisprudenciais relativas à matéria.

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

(Súmula n. 247, do Tribunal de Contas da União)

Em regra, as aquisições por parte de instituições públicas devem ocorrer por itens, sendo que no caso de opção de aquisição por lotes a composição destes deve ter justificativa plausível.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

(Acórdão n. 2077/2011, Rel. Min. Augusto Sherman, Plenário, j. 10.08.2011)

Nas licitações para registro de preços, é obrigatória a adjudicação por item como regra geral, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes e a seleção das propostas mais vantajosas. **A adjudicação por preço global ou lote deve ser vista como medida excepcional que necessita de robusta motivação, por ser incompatível com a aquisição futura por itens.**

(Acórdão n. 2901/2016, Rev. Min. Benjamin Zymler, Plenário, j. 16.11.2016)

O conjunto de serviços prestados por uma única contratada, tenderia a manter a qualidade do serviço padronizada, haja vista que o gerenciamento permaneceria durante toda a vigência contratual sob cargo de uma mesma contratada e carecendo apenas de uma única comissão de fiscalização.

Desta forma, as vantagens seriam, por exemplo: (a) maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços; (b) maior facilidade no cumprimento dos diversos serviços e cronograma preestabelecido; (c) concentração da responsabilidade pela execução em um só contratado; e (d) concentração da garantia dos resultados.

À vista disto, a necessidade de se efetuar apenas um procedimento administrativo para a contratação de empresa para prestar os serviços de aquisição, se dá ao fato de que o serviço esteja interligado, obtendo-se melhor resultado e maior agilidade na logística se sua prestação.

Possivelmente, a divisão do objeto em vários lotes/itens, ocasionaria a execução dos serviços de forma distinta e sem a observância de um padrão comum, fato que impactaria de forma significativa na execução contratual.

Nessa toada, **deve ser considerada a necessidade de os serviços serem prestados concomitantemente**. Portanto, se adotados dois ou mais procedimentos distintos para contratação, seria grande a probabilidade da finalização destes ser em momentos distintos, não conseguindo a concomitância entre as execuções, o que não atingiria sua finalidade. **Outro fato é que o há o dispêndio de apenas uma administração local, sendo mais vantajoso financeiramente o não parcelamento do objeto.**

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A Administração Pública Municipal, direta ou indireta, pode dispor de **contratações correlatas e/ou interdependentes que se assemelham** ao objeto da contratação em análise.

## 12. SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS AMBIENTAIS

A instalação de filtros centrais para o tratamento de água apresenta implicações significativas em termos de sustentabilidade e impactos ambientais, sendo essencial analisar diversos aspectos para garantir uma abordagem equilibrada e amigável ao meio ambiente.

Em termos de sustentabilidade, a eficiência no uso de recursos é um ponto crucial. Filtros que promovem uma utilização mais eficiente da água, possibilitando o reuso após o tratamento, contribuem para a conservação desse recurso precioso. Além disso, a escolha de fontes de energia renováveis para operar os

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admppmp@pirapetitinga.mg.gov.br





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

sistemas de filtragem pode reduzir a pegada de carbono associada a essa infraestrutura, tornando a solução mais sustentável.

A durabilidade e a manutenção adequada dos equipamentos são aspectos que também impactam diretamente na sustentabilidade da instalação. Equipamentos de longa vida útil e baixa necessidade de manutenção reduzem a demanda por substituições frequentes, minimizando o desperdício de recursos e materiais.

No entanto, é imperativo considerar os impactos ambientais associados à instalação e operação dos filtros. A geração de resíduos, muitas vezes na forma de cartuchos de filtro descartáveis, requer uma gestão cuidadosa para evitar impactos adversos. Optar por filtros reutilizáveis e implementar práticas adequadas de descarte e reciclagem são medidas importantes nesse contexto.

O uso de produtos químicos para manutenção e operação dos filtros é outra consideração ambiental crítica. A seleção desses produtos deve levar em conta seu impacto ambiental e, sempre que possível, buscar alternativas menos prejudiciais à ecologia local. Além disso, o consumo contínuo de energia para a operação dos filtros deve ser avaliado. A busca por eficiência energética e a consideração de fontes de energia renovável são estratégias que podem mitigar o impacto ambiental associado ao consumo de energia.

Assim, a instalação de filtros centrais para tratamento de água demanda uma abordagem integrada, considerando aspectos como eficiência no uso de recursos, escolha de fontes de energia, gestão de resíduos, impacto na biodiversidade e produtos químicos utilizados. Somente através dessa análise abrangente é possível promover soluções verdadeiramente sustentáveis e minimizar os impactos ambientais adversos.

## **13. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO GRAU DE SIGILO**

**As informações relativas a este procedimento não ostentam o caráter sigiloso, admitindo-se o acesso as informações nele contidas, nos termos do disposto pelo art. 7º, VI, da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).**

## **14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Ao final do presente estudo, entende-se que a contratação é viável e necessária tendo sido evidenciado que a solução é possível sob o viés técnico e econômico.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## ANEXO II

### Modelo de PROPOSTA REAJUSTADA DE PREÇO

A empresa abaixo se propõe a executar o objeto deste edital, conforme discriminado no Projeto Básico, pelos preços e condições assinalados na presente proposta, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
CIDADE:	ESTADO:
E-MAIL:	TELEFONE:

OBJETO: o Registro de Preços para eventual aquisição de 8 (oito) unidades de filtros centrais com cabines de proteção para as unidades escolares do município de Pirapetitinga/MG.

ESTIMATIVA DE VALOR					
ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade de medida	Órgãos Participantes	TOTAL	Preço Unit.
			Unidades escolares.		
1	Aquisição de filtros centrais de água, com garantia e manutenção de 1 (um) ano.	Un.		8	R\$
TOTAL					R\$

#### a) Características técnicas:

Tipo: Filtro central de água automático;  
Material do cilindro: Fibra de vidro (PRFV), com proteção térmica;  
Eixo: 30 kg;  
Peso: 80 kg;  
Capacidade de Filtragem: 1.000 a 6.000 litros/hora;  
Certificações: ICR, NSF;  
Elementos Filtrantes: Camadas de carvão ativado, carvão antracito, zeólita e filtro tipo *next*.  
OU SIMILAR DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR

#### b) Válvula Controladora Automática Digital:

Funções: Controle de filtragem, marcação de horário para filtragem, controle de vazão;  
Visor: LCD;  
Botões: Configuração no painel;  
Certificações: ISO 9001, NSF61.  
OU SIMILAR DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR

#### c) Especificações para Cabine de Proteção:

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.  
Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49  
e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo: Cabine de proteção TRA-5059;  
Material: ACM (Aluminum composite material);  
Medidas: 1,77 m x 0,66 m (altura x largura);  
Quadro Elétrico: Monofásico e/ou bifásico;  
Sistema Hidráulico: Vazão de 1.000 a 6.000 l/h;  
Porta de Acesso: Para manutenção;  
Visor: Para acompanhamento externo do sistema de válvula digital;  
Fechadura: Para proteção do equipamento.  
**OU SIMILAR DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR**

## d) Assistência Técnica:

Plano de acompanhamento técnico especializado, disponível 24 horas por dia, em que contemple a limpeza dos sistemas de automação, placas digitais, cilindros e geral; higienização, a ser realizada trimestralmente dos reservatórios; inspeção e manutenção periódica de circuitos e cabos elétricos; correção de vazamentos, troca de material filtrante semestralmente; e emissão de laudo laboratorial atestando a qualidade da água trimestralmente.

**PREÇO TOTAL OFERTADO: R\$..... (por extenso).**

O preço ofertado inclui todos os custos de mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidirem sobre o objeto da contratação.

O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias.

Declaramos aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo **Contratante**.

## DECLARAÇÃO UNIFICADA

1 – Que, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, esta licitante cumpre todos os requisitos legais previstos para a qualificação como (Microempresa / Microempreendedor Individual / Empresa de Pequeno Porte / Sociedade Cooperativa de Consumo), estando aptos a usufruirmos do tratamento diferenciado, não nos enquadrando em nenhuma das vedações previstas no § 4º do Artigo 3º da LC 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014, 155/2016 e Decreto Federal nº 8.538/2015, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências superiores **(apenas para fornecedores enquadrados como Micro e Pequenas empresas e equiparadas)**

2 – Inexiste fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos do Art. 14, III da Lei Federal 14.133/2021.

3 – Atendemos aos requisitos de habilitação, e o respondemos pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, nos termos do Art.

63, I da Lei Federal 14.133/2021.

4 – Responsabilizamos formalmente pelas transações efetuadas em nosso nome, assumindo como firmes e verdadeiras nossas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por nosso representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5 – Cumprimos as reservas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do Art. 63, II da Lei Federal 14.133/2021.

6 – Tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação nos termos do Art. 67, VI da Lei Federal 14.133/2021.

7 – Não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, exceto maiores de quatorze anos na condição de jovem aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, na forma do Art. 68, IV da Lei Federal 14.133/2021.

8 – Não possuímos em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

9 – O conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro Participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa e que ela ainda compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes até a presente data.

10 – Que estamos plenamente cientes do teor e das implicações jurídicas sobre as declarações acima emitidas e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la. Por ser a expressão da verdade e de nossa livre vontade, firmamos a presente para os fins de direito a que se destina.

....., ...../...../.....

Assinatura do representante legal da empresa e carimbo CNPJ



PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## ANEXO III

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O Município de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Centro, na cidade de Pirapetinga/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.092.825/0001-49, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Henrique Pereira da Costa, inscrito no CPF nº 680.687.867-91, portador da Carteira de Identidade nº 06100057-6 IFP/RJ, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../2026 RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir::

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto da presente licitação é o o Registro de Preços para eventual aquisição de 8 (oito) unidades de filtros centrais com cabines de proteção para as unidades escolares do município de Pirapetinga/MG, especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de *Pregão nº ...../2026*, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a *Secretaria Municipal de Educação*.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, ao máximo cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admppmp@pirapetinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

4.9. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.10. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

*Vedação a acréscimo de quantitativos*

4.11. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

## 5. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

5.1 A contratada, no ato da emissão do documento fiscal, fica obrigada a destacar os valores correspondentes aos tributos sujeitos a retenção na fonte, conforme legislação vigente, em especial os valores referentes ao IRRF, INSS e ISS.

5.2 Nos casos em que houver a dispensa da retenção, a contratada deverá comprovar a situação por meio de declaração prevista em lei, ou nos demais casos, fazer o destaque no documento fiscal.

## 6. 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.5. O registro a que se refere o item 6.4.2. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
  - 6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
  - 6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
  - 6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.7, observando o item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.4.2.1., aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
  - 6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
  - 6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## **7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 7.1.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 7.1.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.1.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 7.1.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 7.1.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

- 8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
  - 8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
  - 8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
  - 8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
  - 8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA**

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 8.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7.
- 8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
  - 9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
  - 9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 10.4.1. Por razão de interesse público;
- 10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 11. DAS PENALIDADES

- 11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.
- 11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 12. CLAÚSULA DÉCIMA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 12.1. A gestão e fiscalização contratual caberá à Unidade Requisitante, através dos seguintes responsáveis:
- 12.2. Fiscal: Josineide Lima da Costa – Gabinete do Prefeito
- 12.3. Gestor: Luiz Henrique Pereira da Costa – Gabinete do Prefeito.

## 13. CONDIÇÕES GERAIS

- 13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.



Local e data  
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)